



ESTADO DO PARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE REDENÇÃO
PODER LEGISLATIVO

ATA DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA, REALIZADA PELA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE REDENÇÃO-PA, EM 22/08/2023.

Às dez horas e quatorze minutos, do dia vinte dois, do mês de agosto, do ano de dois mil e vinte e três, na Sala das Sessões da Câmara Municipal de Redenção – PA. Plenário Pedro Alcântara, reuniram os membros da Comissão de Justiça e Redação Final da Câmara Municipal de Redenção-Pa, sob a Presidência do vereador **Evilázio Chaves**, que convidou o vereador **Marcos Sérgio** para lhe auxiliar como Membro, e o vereador **Leandro Onofre** na Relatoria. Em seguida, solicitou a todos a ficar de pé em saudação as Bandeiras Nacional, Estadual e Municipal, e ouvirem a execução do Hino Nacional Brasileiro. Após, o Presidente solicitou ao Relator para fazer leitura da **PAUTA**: Ofício convite para entidades e sociedade organizada do município; **Projeto de Lei nº 005/23-GPM**, de 21.06.23, oriundo do Poder Executivo, que dispõe sobre normas e diretrizes gerais para a realização de Concurso Público no Âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Redenção-PA e, dá outras providências; **Projeto de Lei Complementar nº 006/23-GPM**, de 21.06.23, oriundo do Poder Executivo, que reorganiza, atualiza e cria novos cargos, com respectivos salários na Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de Redenção-PA e, dá outras providências; **Projeto de Lei Complementar nº 007/23-GPM**, de 21.06.23, oriundo do Poder Executivo, que reorganiza, atualiza e cria novos cargos, com respectivos salários na Estrutura Administrativa da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Lazer do Município de Redenção-PA e, dá outras providências; **Projeto de Lei Complementar nº 008/23-GPM**, de 21.06.23, oriundo do Poder Executivo, que reorganiza, atualiza e cria novos cargos, com respectivos salários na Estrutura Administrativa da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Redenção-PA e, dá outras providências; **Projeto de Lei Complementar nº 009/23-GPM**, de 21.06.23, oriundo do Poder Executivo, que reorganiza, atualiza e cria novos cargos, com respectivos salários na Estrutura Administrativa da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Município de Redenção-PA e, dá outras providências. Após a leitura, o Presidente declarou aberta a **fase de debates para as pessoas inscritas**: Assumiu a tribuna o professor **Marcelo Flavio** – representante do SINTEPP, que cumprimentou a todos presentes e afirmou que sua proposta se resume em dois projetos de leis que estão em pauta. Primeiro apresentou emenda ao Projeto de Lei n. 005, que trata sobre as normas gerais do concurso, que busca a garantia que estar previsto no Estatuto do Servidor no Parágrafo 2º do artigo 14 da Lei 100 de 2019, da participação das entidades sindicais na comissão de acompanhamento da organização do concurso público que já foi negado no último concurso e está sendo negado neste também, que além de inserir nesse acompanhamento um representante do SINTEPP e SINDSAUDE, também um representante do Poder Legislativo e a OAB, para isso dar maior transparência a realização do concurso em todo o seu processo, uma vez que aqui em Redenção há um histórico ruim de concurso ser questionado na justiça. Que no artigo 2º seria a inclusão de um Parágrafo 1º e um Parágrafo 2º tendo o prazo de encerramento desta comissão de acompanhamento do processo da realização do concurso público, isso logo após encerrando as atividades da realização do concurso público. A outra emenda trata-se do projeto de lei no quadro da educação (Projeto de Lei Complementar n. 007/23-GPM), onde perceberam que no atual quadro de servidores, há 14 diretores de departamento da educação com salários desiguais, e gostaria de

saber aonde fica a lei da isonomia salarial? Portanto, solicitou que seja unificado o salário de todos os diretores de departamento da secretaria de educação, isso no patamar que estar hoje, uma vez que eles são beneficiados pelo PCCR da educação que é revisado anualmente no mês de janeiro. Parabenizou a secretaria por ter criado o cargo de monitor escolar que tem como principal função combater a evasão escolar, a desistência e a repetência. Mas esse cargo que foi criado está abaixo do que hoje recebem, e hoje trabalham informalmente como TSP, e pediu para regulamentar esse salário que está apresentado na tabela abaixo do piso nacional, onde a lei diz que tem que esse trabalhador tem que ganhar além de R\$ 4.200,00, que é a lei do piso. E pediu para manter o mesmo salário atual que já estão recebendo e isso não vai alterar em nada por que já recebem esse valor, isso defendendo o princípio da isonomia dos profissionais. O **Presidente** informou que todas as emendas apresentadas precisam ser protocoladas na casa de leis para que tenham validade. E pediu para todos se atentarem a discutir os projetos em pauta e não ataques pessoais, por que não será permitido por esta comissão. Fez uso da palavra o jornalista **JB**, que comentou sobre a importância da realização do concurso público que além de valorizar o servidor público ainda inibe acontecer o famoso voto de cabresto nos períodos de eleições. Parabenizou o prefeito por permitir esse acontecimento e iniciativa, que faz com que os servidores públicos possam continuar colocando o pão na mesa. Fez uso da palavra o Dr. **Monsef Filho**, que afirmou ser de grande importância a realização desse concurso público em relação ao IPMR, sendo que o servidor contratado que já passou do número de 2.000, esses não contribuem com o IPMR, e isso corre o risco de quando o servidor concursado for aposentado pode não ser beneficiado com sua aposentadoria de direito, pro não haver contribuintes suficientes nesse instituto de previdência. Portanto, a realização do concurso público é vital para a aposentadoria da classe dos concursados. Mas pediu que fosse colocado um salário justo para que esse concurso público seja bem sucedido. Fez uso da palavra o senhor **Antônio da Conceição** - Presidente da Associação dos Guardas Patrimoniais do Município, disse que esta matéria é muito importante, se tratando de concurso público, porém, todas estas leis são direcionadas a uma área patrimonial, e essas leis foram criadas para darem estabilidades para as categorias, e quando fez o concurso fez para vigilante, não foi isso que aconteceu. Na época foi criada a lei para que houve estabilidade para a classe dos vigilantes se aposentarem como tais, isso garante o direito da categoria, mas essas leis foram revogadas tiraram essa estabilidade. Informou que hoje há um total de 370 vagas atuais para do cargo de vigilante, que estão sendo remanejadas para a função Estrutura Operacional, sendo que o concurso de 2005 fez para o cargo relacionado a vigilante, mas a nova lei criada mudou as funções para fazer atividades diversas, inclusive de gari. Precisam sim abrir vagas para atividades diversas sim, mas também abrir vagas para o cargo de vigilante patrimonial, caso contrário será um retrocesso. Disse que o Poder Judiciário e o Poder Legislativo todos exercem suas atividades em relação aos guardas patrimoniais, mas o Poder Executivo não o faz e pediu para esta casa garantir o direito desta classe que ora representa. O **Presidente** pediu para que formalize a emenda e reclamação apresentada e protocole para posterior validação para ser tramitada na casa. Fez uso da palavra o Professor **Vanderlei** – do SINTEPP, disse que esse momento é histórico, principalmente para o SINTEPP, que em abril de 2022 lançaram a campanha: Concurso público já. E de lá vem somando forças e o prefeito confirmou esse desejo em reunião e isso é satisfatório em ver acontecendo. Acredita que será o maior concurso da região, só de

professores serão mais de 300 vagas. Informou também que será muito benéfico para a saúde financeira do IPMR garantido assim as futuras aposentadorias dos seus contribuintes. Comentou sobre emenda supressiva n. 001, da emenda supressiva 002 e da emenda aditiva 002. Disse que a primeira emenda supressiva versa sobre suprimir os cargos da tabela n. 01 do grupo operacional de provimento e comissão, que são eles: chefe de divisão de abastecimento de veículo, chefe de divisão de articulação juvenil, chefe de divisão de lazer, chefe de divisão de oficinas, artes e promoção de eventos. Acredita que todas essas atribuições podem ser ou recair sobre uma pessoa só, e essas atribuições podem ser dirigidas pelo diretor do departamento de lazer e atividades a fins para não haver necessidade de tantos chefes. A outra emenda é supressiva, onde solicitou que seja extinto de dentro do quadro de suporte do magistério o cargo que está sendo criado para diretor de escolas desativadas. Acredita que se a escola está desativada não precisa de diretor, e que esse cargo pode ser desenvolvido por um outro departamento, que seria o departamento de acesso de transparência, que trata de um arquivo que fica guardado, que poderá ser revisto quando for solicitado. Por último, emenda aditiva: que trata sobre a tabela 01, que trata sobre o monitor de transporte escolar, sendo que esta função já vem sendo desenvolvido por pessoas, mas não existe o cargo, portanto, propôs que seja criado o cargo de monitor, isso para dá legitimidade ao trabalho que já está sendo desenvolvido por essas pessoas. Fez uso da palavra o senhor **Antônio de Sousa** – representante do SINDSAUDE, que informou esse é o momento de reorganizar a casa, por que não tem como um assistente social que trabalha na educação ganhar superior a 40% de um assistente da saúde, não entende essa disparidade salarial. Portanto, não podem deixar passar essa oportunidade. Informou que tiveram um realinhamento em 2017, onde foi criado o cargo de assessor especial, e nem sabe o que quer dizer esse cargo. Está sendo criado hoje o diretor de hospital, mas só colocaram um cargo sendo que são dois hospitais municipal em Redenção, e um outro para o CER, portanto, precisará criar mais dois cargos. Também apresentará emenda para que seja respeitada a questão salarial, por exemplo, não pode receber gratificação seguida pela função, sendo que já tem direitos adquiridos. O que se apresenta hoje é que fulano tem 70% de gratificação baseado na lei 100/2019, e os dois diretores, um tem 40% e o outro 37%, e gostaria de saber que tipo de cálculo que está sendo feito. Já apresentou ofício sobre esse assunto e até agora não teve resposta, e como sindicato da saúde precisa participar de todo o processo. E gostaria de ver a tabela salarial, por que até agora não viu. Ressaltou que até por que o piso salarial da área da enfermagem não pode ficar fora do concurso. A carga horária da enfermagem não pode ficar de fora, sendo que o senado ainda esta semana entrará com encargo de declaração sobre esta questão de piso, portanto, requer que respeito valores que estão na lei 1.434 por que não pode sair uma lei sem estar equiparado com o piso salarial. Somente quer que seja fiscalizado, e quer duas pessoas que estejam fiscalizando esse concurso. Existe lei de insalubridade e precisa ser inserido também. Também apresentara a proposta para que seja criado o cargo de secretaria do conselho municipal de saúde, por importante para o município onde se fiscaliza as contas da área da saúde e as demais mazelas que vier acontecer. Mais uma vez enfatizou que o SINDSAUDE acompanhará a realização do concurso e não deixará acontecer de colocarem uma tabela salarial defasada, por que o que veio não é tabela e sim o atual salário. O piso salarial não ficara de fora e nem a carga horária que já é reconhecido e tem lei municipal para isso. Fez uso da palavra o senhor **Weliton Jesus**

– representante do Conselho Municipal de Saúde, disse que é muito importante convidar os sindicatos para acompanhar todo processo da realização desse concurso público, para buscar equilibrar a sua realização onde será definida a vida de servidores que irão se aposentar. E esse concurso precisa sim ser realizado o mais breve possível. Disse que o vereador João Lúcio foi um dos grandes gestores que agiu com transparência na área da saúde e o agradeceu por isso, ele pôde diante das reivindicações colocar algumas coisas que estavam irregulares e ordem, e pediu para que ele colocasse o debito da secretaria que estão desliados com os cargos. Fez uso da palavra a senhora **Maria Dina** - servidora pública, e afirmou que esse evento é muito importante para a nossa cidade e sente falta de muita gente que precisa está presente para dar força na realização desse concurso. Ressaltou que o IPMR estar deixando de arrecadar muito dinheiro por que há mais contratados que concursados. Pediu para os vereadores olhar com carinho o que os conselheiros e sindicalistas apresentaram como proposta, por que visam o bem dos trabalhadores municipais. E afirmou que querem que o concurso seja validado e que ele é para quem estuda. Fez uso da palavra o senhor **Arthur** - representante do CREA-PA, disse que a atualização dos salários do conselho de engenheiro e agronomia se mantém o mesmo salário do que já é hoje, não houve nenhuma atualização do que estar pertinente a lei, e continua abaixo do que é o piso salarial da lei federal dos profissionais competentes ao cargo. Portanto, apresentou esta observação, uma vez que o CREA-PA busca garantir os direitos dos profissionais e tem feitos isso em outros concursos e que é um ponto a ser observado. Fez uso da palavra o vereador **João Lúcio**, disse que é importante ouvir cada categoria nesse momento, uma vez que cada uma sabe as dificuldades que enfrentam, e contou um exemplo onde se faltava profissionais para elaboração de projetos e engenheiro e assim que foi lhe apresentado as dificuldades que a secretaria de saúde enfrentava foi buscando solucionar na medida do possível. E acredita que esse momento é a hora de apresentar as propostas para que a comissão de justiça da casa avalie e ver a viabilidade de cada uma para posterior tramitação. Não ver nenhum problema em colocar o cargo executivo do conselho de saúde, não ver nenhum problema nas propostas apresentadas, portanto, serão analisadas e na medida do possível irão lutar para atender cada uma delas. Se solidarizou com o senhor Antônio da Conceição, sendo que foi feito um concurso para o cargo de guardas e depois desqualificou a classe e espera resolver também essa situação e se colocou a disposição da comissão para que juntos façam uma força tarefa e assim de forma rápida darem o parecer avaliando as propostas apresentadas. Fez uso da palavra o vereador **Jurandir Guedes**, disse que esta casa de leis irá sim avaliar a proposta do senhor Antônio da Conceição, sendo que vigilante é vigilante, e precisam colocar algo no sentido de profissionalizar a classe. E afirmou que irá sim garantir com que cada macaco fique no seu galho, por que gari é gari e vigilante é vigilante e assim as demais funções. Fez uso da palavra o vereador **Delegado Washington**, que parabenizou a participação dos sindicatos e representantes de classes. Afirmou que de fato a situação é grave, onde o maior numero é de pessoas contratadas que concursadas na prefeitura e essa preocupação precisa ser levada a sério para que o IPMR não venha falir. Os concursados ganham salário mínimo e os contratados que não estudaram ganham muito mais e isso é uma distorção que precisa ser corrigida. Precisam acabar com essas tetas servem em sua maioria para garantir votos nas eleições. Sobre o desvio de função dos guardas, informou que o desvio de função é ilegal e precisam sim garantir o direito dessa classe assim como o vereador João Lúcio

e vereador Jurandir bem falou. Em aparte, o vereador **João Lúcio**, que sugeriu para a comissão de justiça e redação final a receber os representantes de cada emenda apresentada e assim dialogar juntos para poder chegar em um denominar comum. Continuou o vereador **Delegado Washington**, que afirmou que o vereador João Lúcio falou é importante por que a comissão de fato não pode fazer o trabalho de fazer de conta e sim devem ouvir e fazer o que deve ser feito. Precisam sim aceitar a indicação apresentada, quando diz que precisa ter um representante de cada sindicato e sociedade organizada para assim garantir a lisura de todo o processo do concurso. E acredita que devem sim igualar os salários dos diretores. E em relação a correção salarial precisa ser feita e precisam sim chamar para conversar por que a hora de resolver é agora. E pediu para cada classe se organizar para reivindicar seus direitos. Chamou atenção da população para o que está acontecendo e assim buscarem garantir alguma coisa concreta dentro desta oportunidade. Fez uso da palavra o vereador **Nilton César**, disse que como servidor público acredita que a maior responsabilidade sobre a realização do concurso público estar sobre as cabeças dos que hoje estão como vereadores e são servidores efetivos. E todas as falas que foram ditas lhe contemplou. E deseja que tudo que foi dito que não fique apenas em palavras por que amanhã podem ser cobrados. Ficou feliz pelas representatividades ativas nesta casa, mas triste pela falta do sindicato da administração para defender ou propor emendas, mas convidou os servidores da administração para promover o resgate do sindicato da administração e assim uma representação melhor. Finalizou se colocando a disposição de todas as categorias e assim fazerem um concurso público verdadeiro. O **Presidente** disse que precisam sim fazer algumas adequações no projeto do concurso público, mas parabenizou o Prefeito por estar propondo este concurso para resolver a questão do IPMR que de fato está muito grave, e assim garantir a aposentadoria de muitos servidores que estão próximo de se aposentar. Já pediu para todas as classes protocolarem suas sugestões nesta casa e assim avaliar e colocar essa matéria o mais rápido para ser votada nesta casa, viabilizando a realização desse importante concurso público. **Nas considerações finais:** O Presidente agradeceu presença de todos e declarou encerrada a presente audiência as onze horas e trinta e quatro minutos. Pela aprovação. **Evilázio Chaves** _____ Presidente. **Leandro Onofre** _____ Relator. **Marcos Sérgio** _____ Membro. *****